

Brasil tenta adiar

País quer negociar com bancos credores

BRASIL DO BANCO

Dívida Externa

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, terça-feira, 10 de março de 1987 11

débitos de curto prazo

prorrogação por 90 dias da dívida de US\$ 15 bilhões

O diretor para assuntos da dívida externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, informou ontem que "o Brasil negociará com os bancos credores a prorrogação por noventa dias — do próximo dia 31 para 30 de junho — dois créditos de curto prazo: 10 bilhões de dólares de financiamentos comerciais e 5 bilhões de dólares de linhas interbancárias. Hoje, à noite, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, viaja de Tóquio para Nova Iorque, onde discutirá amanhã com o presidente do comitê de assessoramento dos bancos credores e vice-presidente do Citibank, William Rhodes, o reinício da renegociação da dívida brasileira, após a moratória parcial decretada no último dia 20.

Para a prorrogação dos créditos de curto prazo, conforme previsto no acordo da fase 3 de renegociação da dívida, de setembro último, o Brasil e o comitê de assessoramento precisam obter a concordância de 95 por cento dos bancos credores. E, segundo Pádua Seixas, o Brasil não pretende impor unilateralmente a prorrogação e sim via negociação para honrar o contrato assinado da fase 3. O diretor do Banco Central observou que os bancos internacio-

nais "estão conscientes" de que o País depende dos créditos de curto prazo até para manter o seu fluxo de comércio com o exterior e revogar a moratória.

Embora os bancos credores ainda não tenham razões para ficar felizes, Pádua Seixas afirmou que o mútuo respeito viabilizará "alguma forma de entendimento" para a manutenção das linhas de curto prazo e também o encaminhamento da ampla renegociação da dívida brasileira, antes que a moratória parcial complete 90 dias e os bancos norte-americanos sejam obrigados a lançar como prejuízos os créditos junto ao Brasil. "Por enquanto, não houve qualquer catástrofe e interessa a ambas as partes que se tenha alguma solução até o próximo dia 20 de maio", observou o diretor do Banco Central.

A exemplo do que enfrentou na semana seguinte à decretação da moratória parcial, Pádua Seixas previu que Gros terá uma reunião difícil com William Rhodes, mas que poderá resultar na aprovação de um esquema operacional para a prorrogação das linhas de curto prazo. "O vencimento dos compromissos dos bancos internacionais com os créditos comerciais e interbancários no próximo dia

31 preocupa, e o Brasil terá que apresentar pedido formal de prorrogação. Mas é preciso analisar se o pedido será de simples manutenção dos créditos, independentemente ou não da prorrogação dos termos do contrato de setembro último. O pedido de prorrogação por 90 dias reitera a postura brasileira de que a suspensão do pagamento dos juros da dívida de médio e longo prazos foi uma solução temporária para manter a liquidez do País no período de negociação com os credores", disse Pádua Seixas.

O diretor do Banco Central não viu qualquer sinal de má vontade ou discriminação na decisão dos bancos credores de acelerar os acordos com os demais países devedores, como México, Argentina, Venezuela, Chile e Filipinas, para isolar a renegociação da dívida brasileira de US\$ 111 bilhões de dólares. Pádua Seixas disse que os demais países também vinham negoclando e chegaram a um acordo, o que é normal. No caso da dívida brasileira, observou que os credores não tiveram qualquer surpresa com a suspensão do pagamento de juros e alguns "até esperavam algo mais abrangente, como a centralização cambial plena de 1983".